

SEMINARIO INTERNACIONAL EN CULTURA DE LA LEGALIDAD: “LOS DESAFÍOS DEL ESTADO DE DERECHO EN EL SIGLO XXI”

El Seminario Internacional en Cultura de la Legalidad: “Los Desafíos del Estado de Derecho” ha sido organizado por el **Grupo de Investigación sobre el Derecho y la Justicia** (GIDYJ) de la Universidad Carlos III de Madrid, en el marco de las actividades del proyecto **New Trust-cm Programa Interuniversitario en Cultura de la Legalidad** (S2015/HUM-3466) financiado por la Consejería de Educación, Juventud y Deporte de la Comunidad de Madrid.

El programa completo del Seminario está disponible en www.derechoyjusticia.net

Las **comunicaciones** aquí recogidas fueron presentadas el día 13 de febrero de 2017 con motivo del I Seminario Internacional en Cultura de la Legalidad: “Los desafíos del Estado de Derecho en el siglo XXI”, celebrado en el campus de Getafe de la Universidad Carlos de Madrid bajo la dirección de María José Fariñas Dulce.

Las comunicaciones están disponibles en: <https://hdl.handle.net/10016/25562>



Esta obra se encuentra sujeta a la licencia Creative Commons
Reconocimiento – NoComercial – SinObraDerivada

AMEAÇA À DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO BRASIL E NA ESPANHA NUM PANORAMA DE CORRUPÇÃO POLÍTICA QUE MARGEIA O SÉCULO XXI

THREAT TO PARTICIPATORY DEMOCRACY IN BRAZIL AND SPAIN IN A PANORAMA OF POLITICAL CORRUPTION IN THE MARGINS OF THE 21 ST CENTURY

Shirlei Castro Menezes Mota¹

Mestre e Doutoranda pela Universidade Autónoma de Lisboa- UAL

RESUMO

O Brasil vive hoje uma crise de ordem econômica e moral sem precedentes e, assim como a Espanha os representantes são postos em xeque, com reflexos na economia da era globalizada. Tendo por premissa que a democracia se constrói de forma participativa, e o povo parece insatisfeito com as decisões do poder, questionam-se quais os prognósticos nestes Estados, aonde se nota, sobretudo no Brasil, o fraco empoderamento do povo num cenário pontuado por escândalos de corrupção nas últimas três décadas.

Palavras-chave: Democracia. Política. Corrupção. Brasil-Espanha.

ABSTRACT

Brazil is today experiencing an unprecedented economic and moral crisis and, like Spain, the representatives are been put in high pressure, with repercussions in the economy of the globalized era. Assuming that democracy is built in a participatory way, and the people seem unsatisfied with the decisions of power, they question the prognoses in these States, where they notes that Brazil has a weak empowerment of the people even in a scenario punctuated by scandals corruption in the last three decades.

Keywords: Democracy. Policy. Corruption. Brazil-Spain.

¹ Mestre e Doutoranda pela Universidade Autónoma de Lisboa- UAL. Advogada atuante com pós-graduação em *Direito do Consumo* e *Contratos* pela Universidade de Coimbra; em *Análise Internacional* pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; e em *Direito Civil e Processo Civil* pela Universidade Gama Filho (RJ), onde se Bacharelou em Direito em 1993. Sócia-proprietária da De Lucas Advogados, no Departamento Jurídico, sendo especialista em Direito Civil e do Consumidor. A empresa tem sede na Avenida Paris, 137, grupo 202/203, Bonsucesso, Rio de Janeiro, Brasil.. E-mail: shirleicastro@gmail.com.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. O exercício democrático no Brasil e Espanha: da ditadura à abertura política num cenário de Globalização	5
2.1. Estado de Direito Democrático e os paradoxos da democracia na atualidade	9
2.2. Qualidade da democracia no Brasil e na Espanha: o combate internacional à corrupção.	12
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
4. REFERÊNCIAS	18

1. INTRODUÇÃO

Falar em democracia implica falar na mobilização popular, pois um Estado de Direito Democrático deve ser governado para (e com) o povo. Nas três últimas décadas, Brasil e Espanha vivenciaram a (re) estruturação desse regime de poder, tendo os dois países se ‘libertado’ de sistemas políticos autoritários e, junto a essa transição, passado a conviver com os impasses de uma economia globalizada, marcada no Brasil por desigualdades gritantes, e nos dois países pelo crescimento do desemprego e da violência, sendo na Espanha essa violência perpetrada por atos terroristas.

O momento é de questionamento em torno do exercício dessa democracia, teoricamente participativa nos dois países, em meio à crise e sucessivos escândalos de corrupção. Este artigo versa exatamente sobre a atual conjuntura, considerando as consequências da globalização neste século, com reflexos muitas vezes desfavoráveis para a população em algumas partes do mundo.

Logo, é feito aqui um recorte para a situação vivenciada no Brasil e na Espanha, correlações e diferenças, bem como a história que acompanha a retomada da democracia nos dois Estados. O estudo se justifica pela atualidade do tema, atento à repercussão dos fatos que parecem ameaçar a manutenção desse “valor” denominado democracia para o bem-estar das nações.

A Espanha deu início à redemocratização do Estado, em 1975, com a morte de Francisco Franco, no poder como ditador desde 1939² e com o voto direto a partir de 1987. No Brasil esta retomada data de 1985, como lembra Fernandes³, com o fim (efetivo) da Ditadura Militar, e as eleições diretas para presidência, em 1989⁴.

Tratam-se, assim sendo, de democracias jovens e vulneráveis, em razão dos inúmeros problemas que lhes aporta como salienta o mestre Rafael Duran Muñoz⁵, sendo Brasil e

² Final da Guerra Civil.

³ Fernandes, Ângela Viana Machado. Cidadania, democracia e cultura política: Brasil e Espanha em análise. In: Vaidergorn, José (Org.). *O direito a ter direitos*. Coleção Polêmicas dos Nossos Tempos. 1 ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2000.

⁴ A ditadura se estendeu oficialmente de 1969 até 1985, quando a presidência foi assumida por um civil, José Sarney, vice de Tancredo Neves, que morreu neste ano, sem ter tomado posse, provocando forte comoção popular. A Emenda Dante de Oliveira, que restabelecia as eleições diretas não foi aprovada, apesar do amplo movimento de 1984 ou “Diretas Já”.

⁵ Muñoz, Rafael Duran. A crise económica e as transições para a democracia: Espanha e Portugal em perspectiva comparada. In: *Análise social*, vol. XXXII (171)1997 (2.º), p. 369-401.

Espanha, respaldados por um sistema constitucional, com formas de governo distintas: república presidencialista e monarquia parlamentarista, respectivamente.

Desde o golpe de 1964, a escolha do presidente no Brasil era indireta, por meio dos parlamentares eleitos pela população⁶, numa imposição do Regime Militar que tinha por meta “*centralizar o poder e excluir boa parte da sociedade brasileira da participação política*”, como pontua Silveira⁷.

Convém lembrar sempre que a conjuntura sociopolítica cultural e econômica dos estados aqui enfocados é distinta, ainda que haja fatos semelhantes, como o antigo regime de governo e, nas últimas três décadas, uma crise político econômica tanto num país quanto em outro, sendo mais acentuada no Brasil.

Crise cabe destacar, de contornos mundiais, explicada, em parte, de acordo com artigo recente de Paulo Pisco⁸, pela transferência de excessivo poder da política para a economia, em função da globalização com sua abertura de mercado.

Fato ou fenômeno que tem revelado seu lado perverso, como a crescente desigualdade social, e o desrespeito ostensivo a direitos fundamentais dos cidadãos, lembrando também que: “*O homem é por natureza lobo do homem (Thomas Hobbes), sendo o capital que impulsiona o desenvolvimento, corrupto em sua natureza (Karl Marx)*”, e isso em si explica o quadro de “*mortes, escravidão e colonialismo*” do último milênio, juntamente à “*desenvoltura econômica em termos mundiais, levando a situações de extrema delicadeza, com acúmulo de riquezas por poucos e miséria para a maioria*”⁹.

Neste artigo, cabe ressaltar, evitou-se fazer julgamentos de valor, apresentando apenas a realidade que se tem estudado por diferentes áreas do conhecimento, buscando o enfoque do Direito. Ou seja, do vivenciado na prática e do postulado nas constituições do Brasil e da Espanha, a fim de se tecer uma comparação frente à transição democrática (recente) nos dois estados. Obviamente, não é difícil observar que a postura da classe política, no Brasil mais

⁶ De 1969 até 1974, presidiu o país Emílio Garrastazu Médici, um general “linha dura”. Entre 1974 e 1979, Ernesto Geisel quis minimizar os excessos do colega, tentando uma “abertura política”. O general João Baptista de Oliveira Figueiredo exerceu o poder entre 1979 e 1985, quando o regime militar começou a perder força.

⁷ Silveira, Marco Antônio. A volta da democracia no Brasil (1984-1992). São Paulo: Saraiva, 1998, p.4.

⁸ Pisco, Paulo. Derrota do humanismo e da tolerância?[Em linha]. 20 dezembro de 2016. [Consult. 20 dez 2016]. In: *PUBLICO*.

⁹ Mota, Shirley Castro Menezes. A importância da soft-law e da hard-law no combate e erradicação da corrupção internacional, p.233-256. In: A.MAIA Et al. *Novas Dimensões do Direito: uma Perspectiva Soft-Law*. 1 ed. Portugal: Chiado Editora, 2016. (Coleção Compendium), p.238.

claramente, está longe de atender aos anseios do povo que, tecnicamente, é o detentor do poder.

Para melhor compreensão do aqui exposto, a seguir se tem detalhado os aspectos dessa transição de regimes ditatoriais para democráticos, e as implicações da Globalização em meio às possíveis transformações.

2. O EXERCÍCIO DEMOCRÁTICO NO BRASIL E ESPANHA: DA DITADURA À ABERTURA POLÍTICA NUM CENÁRIO DE GLOBALIZAÇÃO

O Brasil, sem dúvida alguma, vive ultimamente a crise mais emblemática e profunda da sua recente história republicana. O golpe militar de 1964 silenciou, à força, as necessidades do povo, e o período de 1984 até 1992 foi pontuado basicamente pela reorganização das pessoas em favor da retomada democrática.

Em 1980, a taxa de inflação era de 110,2%. Em 1983, o País recorreu ao Fundo Monetário Internacional – FMI. Num país aonde a economia vai mal, especialmente numa era movida pela globalização, não parece possível evitar que o povo, detentor do poder concedido ao Estado, permaneça estático, ou tenha que sair de seu território, como ocorreu no período militar, para viver exilado de sua pátria, para não ser torturado, ou morto.

A retomada da democracia no Brasil teve, sim, o povo nas ruas. E, como resultado dessa mobilização, em 1988 foi promulgada a “Constituição Cidadã”, que já no preâmbulo deixa clara sua finalidade: *“assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos [...]”*¹⁰. Teoricamente, era dada voz ao povo para participar dos problemas que porventura os afetasse.

Dez anos antes, em 1978, a Espanha também promulgava uma nova carta¹¹, ao deixar para trás o regime Franquista, numa bem-sucedida “transição pactuada” de um regime ditatorial para o democrático, sem a tensão registrada no Brasil, onde: *“em 1979, havia 3,2 milhões de trabalhadores em greve, ocorreram 27 paralisações de metalúrgicos e 20 de professores”*, como relata Silveira¹².

¹⁰ Brasil. Constituição da República, 1988.

¹¹ Cf.: http://www.lamoncloa.gob.es/documents/constitucion_es1.pdf.

¹² Silveira, op.cit, p.11.

Estas manifestações antecipavam a força do Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980 por um grupo contrário à Ditadura Militar, e que ganhou notoriedade a partir das greves lideradas por Lula ou Luiz Inácio Lula da Silva, seu cofundador, que presidiu o país por dois mandatos (2003 até 2010).

Essa reconstrução ou construção constante do regime democrático no Brasil perpassa pela luta dos partidos de oposição, em especial o PT, que junto com a população e outros segmentos sociais, empunhou a bandeira da moralidade, num ataque à corrupção, que desembocou no *impeachment*, em 1992, de Fernando Collor de Mello¹³, primeiro presidente eleito pelo voto direto, e envolvido numa série de denúncias de corrupção. O que não o impediu de retomar a carreira, em 2007, como senador, cargo no qual se mantém até o momento.

Silveira atenta que: “*Houve, entretanto, alguns limites na transição para a democracia. As eleições diretas para presidente da República ocorreram apenas em 1989*”¹⁴, e, ainda hoje, a falta de projetos de reforma agrária e urbana, assim como vícios eleitorais que levam ao poder políticos desonestos, mostra-se como deficiências a serem revistas no estado de direito democrático que se pretende para o Brasil.

O ex-presidente Lula ganhou, apesar disso, a admiração da população identificada com sua origem humilde, sua inegável empatia, fazendo com que um chefe de estado brasileiro se colocasse em diferentes partes do mundo, mudando o estigma do “subdesenvolvimento”, atribuído ao Terceiro Mundo, para “país em desenvolvimento”.

Os opositores desse governo popular sempre estiveram presentes e ocupando cargos no alto escalão político, pois os “conchavos” e “coalizões” acabam sendo inevitáveis nos bastidores do poder, num país com mais de 206 milhões de habitantes segundo dados do IBGE¹⁵, 513 deputados federais e pelo menos 22 mil cargos políticos comissionados. Destes 513 políticos, apenas 7% (36) foram eleitos por número de votos e os demais pela proporcionalidade prevista no sistema eleitoral brasileiro, como explica reportagem de Afonso Benites¹⁶.

¹³ O vice, Itamar Franco assumiu o posto entre 1992 até 1995. Fernando Henrique Cardoso o sucedeu e presidiu o Brasil de 1995 a 2003, quando Lula chegou à presidência.

¹⁴ Silveira, op. cit, p. 38.

¹⁵ Cf.: <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>.

¹⁶ Benites, Afonso. Dos 513 deputados na Câmara do Brasil, só 36 foram eleitos com votos próprios. Por quê? [Em linha]. 20 abr. 2016. [Consult. 19 dez.2016]. In: *E/País*.

Lula foi sucedido, em janeiro de 2011, por sua “companheira” Dilma Rousseff, primeira mulher a ocupar o mais alto posto político no Brasil República¹⁷. Com isso, pelo que se pode entender, não havia o desejo do povo em mudar uma situação aparentemente estabilizada, economicamente falando, com as pessoas menos abastecidas tendo, em muitos casos, a chance de adquirir bens materiais como nunca havia sido possível.

O governo Dilma, no entanto, não emplacou e, para complicar a situação, escândalos envolvendo políticos de todos os partidos, incluindo os do PT, começaram a vir à tona. Após 13 anos reinando absoluto, o PT estava na berlinda e a articulação política, numa economia com sintomas de crise latente, tomou a cena, culminando com o *impeachment* de Dilma Rousseff em agosto de 2016, e a “dança das cadeiras” no poder: Dilma foi afastada em 12 de maio de 2015 e Eduardo Cunha (PMDB-RJ), então presidente da Câmara, ocupou seu lugar. Cunha foi afastado em maio de 2016 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e preso em 19 de outubro de 2016, após ter o nome envolvido na “Operação Lava Jato”, deflagrada pelo Ministério Público Federal - MPF a partir de 2014, numa tentativa de combate ostensivo à corrupção¹⁸. A vaga foi ocupada por Michel Temer, ainda no cargo.

Ironicamente, numa República que começou a ser tecida desde 1989, o “rei” (ou os “reis”) estão nus e/ou sendo desnudados, revelando uma corrupção de ponta a ponta do País, em todas as esferas, em todos os partidos. Estes escândalos envolvendo atividades ilícitas no centro do poder não são “privilégio” apenas do Brasil, ou da América Latina. Também na Espanha, assim como em Portugal, países membros da União Europeia–UE, as denúncias têm tomado à mídia, revelando o que se passa nos bastidores do poder, num claro desvio das metas estabelecidas para o bem da maioria, o povo no caso.

A corrupção, segundo dados divulgados em outubro de 2016, pelo *Fórum Econômico Mundial* traz o Brasil na fatídica 135ª posição. A Espanha aparece em 74º lugar da lista, num total de 138 economias. No *ranking* inverso, o Brasil é, assim, o quarto país mais corrupto do mundo e Espanha o 65º¹⁹.

¹⁷ A história das mulheres em posto de alto comando, no Brasil, data de 1815 com D. Maria I, logo que o País deixou de ser colônia de Portugal. D. Leopoldina foi regente em 1822 e D. Isabel em diversos períodos, sancionando a abolição da Escravatura, em 1888.

¹⁸ Trata-se da maior investigação já realizada no País para frear o combate à corrupção, tendo sido iniciada em março de 2014, e com desdobramentos aparentemente longe de um final. Investiga desvio de verbas e recebimento de propinas por políticos brasileiros na Petrobras, a maior estatal do País.

¹⁹ Cf.:

<http://reports.weforum.org/global-competitiveness-index/competitiveness-rankings/#series=GCI.A.01.01.02>.

Na Espanha, apesar de esse país estar numa posição bem mais confortável que o Brasil, a população tem se manifestado contrariamente a essa má gestão do poder público, evidenciada pelos escândalos de corrupção, um “*calcanhar de Aquiles*” dos governos democráticos. Felipe VI, atual rei espanhol, pediu, em novembro de 2016, que a classe política se mobilizasse para dar um fim a isso no país, em discurso proferido na “*XII Sessão da Legislatura*”²⁰.

Em maio de 2016, os espanhóis foram às ruas para protestar contra a austeridade imposta pela União Europeia-UE. As chamadas “*Marchas pela Dignidade*” foram realizadas em pelo menos 20 cidades em atenção à convocação feita por 125 organizações (sociais, políticas e sindicais), em prol de “*Soberania, Dignidade e Solidariedade*”²¹.

Em reportagem do Diário de Notícias datada de setembro de 2016²², são feitas considerações em torno do papel do rei (Felipe VI) na constituição espanhola. De acordo com o jornalista José Apezena, especialista da área, nessa crise política, o rei, o primeiro constitucional e com pouca chance para manobras políticas diferentemente do pai Juan Carlos I - monarca de 1975 até 2014 quando abdicou -, está de mãos atadas, pois suas competências como chefe de estado são bem reduzidas pela carta magna. Justamente por se tratar de uma transição democrática, amparada nos seguintes termos:

Artigo 56. 1. O Rei é o Chefe de Estado, o símbolo de sua unidade e permanência, **arbitra e modera** o regular funcionamento das instituições, assume a mais alta representação do Estado Espanhol nas relações internacionais, especialmente com as nações de sua comunidade histórica, **e exerce as funções expressamente que lhe são conferidos pela Constituição e leis**²³. (grifo nosso).

Desse modo, para os especialistas o monarca está em segundo plano, e, diferentemente do pai, não teve participação efetiva na modelagem da Espanha moderna. No seu exercício, nomeou dois primeiros ministros, mas não teve sucesso nestas tentativas, e agora se vê diante

²⁰ Cf.: http://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2016/11/17/interna_internacional,824523/rei-da-espanha-pede-aos-politicos-que-acabem-com-a-corrupcao.shtml.

²¹ Cf.:

<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/44296/organizacoes+espanholas+protestam+contra+governo+e+medidas+de+austeridade.shtml>.

²² Belén, Rodrigo. O difícil papel de Felipe VI na crise política espanhola. [Em linha]. 10 set. 2016. DN Mundo. [Consult: 15 dez.2016].

²³ Espanha. *Constituição Espanhola 1978*. [Em linha}. [Consult: 20 dez. 2016]. Disponível na Internet: URL<<https://www.iberred.org/pt/legislacion-penal/constituicao-espanhola-de-27-de-dezembro-de-1978>>.

de uma crise, querendo cumprir a constituição, sem funções ainda muito claras e que podem lhe valer o cargo caso se atrele, de algum modo, a partidos políticos.

E no Brasil? Como a população se manifesta e o governo se comporta? Bom, pode-se aqui citar o Movimento ‘Diretas Já’, entre 1983 e 1984, com a eleição “indireta” de Tancredo Neves; o ‘Caras Pintadas’ (1992), encampado por estudantes em prol do *impeachment* do então presidente Fernando Collor, eleito diretamente e naufragado num mar de corrupção; e, mais recentemente, o “Movimento Brasil Livre – MBL” e o “Vem Pra Rua” contra a continuidade de Dilma Rousseff no poder, em meio a panelaços e até pedidos de retorno dos militares.

Manifestações contrárias à saída da ex-presidente também foram registradas. Afinal, mesmo que os manifestantes tenham, em algum momento, batido de frente como os pelotões de segurança, a democracia comporta tais protestos e, certamente, os legitima. Entretanto, o *impeachment* de Dilma Rousseff, fruto de manobras políticas escusas, chegou a ser considerado inconstitucional. Isso porque, os envolvidos respondem por “crimes” políticos de ordem mais impactante e, até o momento, não se sabe ao certo se a saída de Dilma amenizou a crise, aumentou ou simplesmente colocou o Brasil ladeira abaixo.

2.1. Estado de Direito Democrático e os paradoxos da democracia na atualidade

“O estado constitucional é ‘mais’ do que Estado de Direito. O elemento democrático não foi apenas introduzido para “travar” o poder (to check the power) foi também reclamado pela legitimidade do mesmo poder (to legitimate State power)”, como coloca J. J. Gomes Canotilho²⁴.

Desse modo, a soberania popular, requisitada nas recentes manifestações espanholas, tem seu princípio atrelado e concretizado por procedimentos regulados juridicamente, os quais, em conformidade com o mestre Canotilho, servem de espelho entre os estados - de direito e democrático -, favorecendo o entendimento da atual fórmula denominada Estado de Direito Democrático. De tal modo que alguns autores como esclarece, *“avançam mesmo a ideia de democracia como valor (não apenas como processo), irreversivelmente estruturante de uma ordem constitucional democrática”*²⁵.

No Estado de Direito, os direitos fundamentais correspondem aos direitos humanos *“como um núcleo básico do direito internacional vinculativo das ordens jurídicas internas”*, reforça Canotilho²⁶.

²⁴ Canotilho, J.J. Gomes. Direito Constitucional e teoria da Constituição. 7 ed. 17 reimp. (Manuais Universitários). Coimbra: Edições Almedina, 2003, p.100

²⁵ Canotilho, op.cit, p. 100.

²⁶ Canotilho, op.cit, p. 233.

O

Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas–NUPPs, da Universidade de São Paulo - USP, sob a coordenação de José Álvaro Moisés²⁷ ao tratar da democracia destaca que o “*processo democrático*” representou um fenômeno dos mais relevantes no século XX em todo o mundo.

No entanto, a partir da segunda metade do século XXI passou a ser atrelado a uma série de paradoxos, levando os analistas a considerarem tais regimes híbridos em sua consolidação, resultando em “democracias iliberais, incompletas ou falhas”²⁸. Para Fernando Limongi²⁹, embora a abordagem da democracia no Brasil seja feita num contexto cultural, respeitando certas fronteiras, a discussão científica não comporta isso, pois o sistema político não tem o que o autor chama de “sotaque”. No entendimento desse estudioso, apesar disso, no Brasil há particularidades delimitadas por alguns pesquisadores, caso de Sérgio Abranches que trata o sistema vigente no país como “*presidencialismo de coalizão*”.

A particularidade do termo cunhado por Abranches em 1988³⁰, sendo assim, se justificaria, pois o Brasil “*além de combinar a proporcionalidade, o multipartidarismo e o ‘presidencialismo imperial’, organiza o Executivo com base em grandes coalizões*”³¹, sendo esse o traço peculiar da sua institucionalidade.

A 'originalidade' desse presidencialismo, entretanto, estaria associada à dificuldade, no Brasil, em dar estabilidade à ordem democrática. Estas coalizões, formadas à margem de critérios partidários, não ofereceriam ao presidente, em tese, a necessária sustentação política. Logo, tais coalizões refletiriam as dificuldades para a governabilidade do País pelo presidente eleito, em parte pela fragilidade partidária.

Para Limongi, o Brasil tem o presidencialismo puro e simples e as coalizões existem em busca de apoio, sendo o sistema político brasileiro muito próximo de outras democracias em outras partes do mundo, já devidamente consolidadas. Ou seja, “*O Executivo controla a agenda legislativa, logrando aprovar a maioria de suas proposições porque ancorado por sólido e consistente apoio partidário*”.

²⁷ O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo / José Álvaro Moisés (org.). – Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2014.

²⁸ Canotilho, op.cit.

²⁹ Limongi, Fernando. *Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório*. [Em linha]. CEBRAP 76, novembro 2006 pp. 17-41.

³⁰ Cf.: Abranches, Sérgio Henrique. *O presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro*. In: Dados31(1), 1988, pp. 5-33.

³¹ Abranches *apud* Limongi, op. cit, p. 21-22.

Embora esteja no mesmo patamar da democracia de outros países, Limongi lembra que os sistemas, citando presidencialismo e parlamentarismo como exemplo, são outros. O autor resume a "*supremacia do Executivo amparada por apoio partidário consistente*"³² como base do parlamentarismo, mas constata que o sucesso do Executivo brasileiro (para isso, a matéria deve ser aprovada no decorrer do mandato do presidente que submeteu a medida) desde 1988 tem sido expressivo, assim como as taxas de dominância (os ex-presidentes Itamar Franco e Lula chegaram a 90 pontos percentuais)³³.

Segundo Limongi a regra é simples, pois em resumo o Executivo têm praticamente tudo o que é submetido ao Legislativo aprovado, sendo que as matérias são acatadas, via de regra, se contam com apoio da maioria, valendo o mesmo para as medidas provisórias que, para ser tornada lei, devem ter o aval do Congresso.

Sendo o governo bem-sucedido, credita-se tal fato ao apoio consistente destas coalizões. De acordo com Limongi, o plenário brasileiro é previsível, sendo o presidente raramente derrotado em suas propostas, muito menos perdendo o cargo no caso de ser vencido. Isso não ocorre com as decisões no sistema parlamentarista, que fazem com que o Primeiro-Ministro se ponha na berlinda.

A democracia, no Brasil, entretanto, não parece "normal" como em outros pontos do mundo, pois há um clima intenso de desconfiança e descrença por parte do povo acerca dos reais interesses de quem está no poder. Todavia, para Limongi, não há nada de singular no sistema político brasileiro. "*Coalizões obedecem e são regidas pelo princípio partidário*" e "*a Constituição confere ao presidente o monopólio sobre iniciativa legislativa. A alteração do status quo legal, nas áreas fundamentais, depende da iniciativa do Executivo*"³⁴, justifica.

Em linhas gerais, Canotilho, diz que democracia remete à "Fórmula de Lincoln": "*Governo do povo, pelo povo e para o povo*", válida ainda hoje para corroborar positivamente essa forma de governo, já que o Estado de Direito é "*um princípio constitucional com materiais e dimensões organizativo-procedimentais*"³⁵.

O que implica, necessariamente na democracia participativa ou na "[...] *estruturação de processos que oferecem ao cidadão efetivas possibilidades de aprender a democracia, participar nos processos de decisão,*

³² Limongi, op. cit, p.22.

³³ Ibidem, p.23.

³⁴ Limongi, op. cit, p.40-41.

³⁵ Canotilho, op. cit, p.287.

*exercer controlo crítico nas divergências de opiniões, produzir inputs políticos democráticos*³⁶”. Apreende-se, portanto, a partir disso, o caráter dinâmico e constante da democracia.

Por outro lado, na contemporaneidade, muito se tem perguntado sobre a legitimidade da democracia participativa, pois, a julgar pelo cenário já descrito, embora o povo tenha reconquistado o direito de voto, os mandatos sejam definidos em termos de tempo, como tem sido a representação do povo nessa democracia? No Brasil, em particular, o acesso à educação em si deixa muito a desejar. Logo, como pode um povo que carece (e muito) da educação formal aprender a democracia de modo a participar das decisões do País como sugere o mestre Canotilho?

Com uma população de mais de 200 milhões, com o voto sendo obrigatório, não é improvável que a máquina política movimente milhões com reflexos na economia do Estado pouco satisfatórios à população (desemprego, falta de saneamento, falta de acesso à saúde, educação e políticas públicas questionáveis) em prol da manutenção de um poder cuja participação parece se esgotar na ida às urnas. Dito isso, segue-se uma explanação em torno da qualidade da democracia nos dois países, pois há critérios que norteiam tal classificação e o Brasil não parece estar em posição confortável.

2.2. Qualidade da democracia no Brasil e na Espanha: o combate internacional à corrupção.

Muito se tem falado, contudo, em torno dos aspectos negativos da globalização, em especial por conta da supremacia das grandes economias mundiais, a exemplo da China e dos Estados Unidos. As recentes eleições americanas, que resultaram na chegada ao poder do empresário Donald Trump, em novembro, foi retratada pelo *El País* como “*suicídio da democracia*”³⁷, a começar pelas relações pouco amistosas com os mexicanos por parte do 43º presidente americano, que já havia prometido levantar um muro, ocasionando uma esperada recessão econômica.

A Globalização, é certo, trouxe a mundialização e, junto com isso, uma série de decisões tomadas à mercê do “*cidadão nacional*”, sendo essa a característica mais temida dessa abertura de mercado na contemporaneidade, pois claramente coloca em xeque a base da democracia, que tem a ver com a participação do cidadão na tomada de decisões pelo seu Estado.

³⁶ Canotilho, op. cit, p. 288.

³⁷ Prados, Luis. *O suicídio da democracia*. [Em linha]. 9 nov. 2016. [Consult. 21 dez. 2016].

O *The Economist* traz à cena o “Índice da Democracia³⁸” em 167 países. Em 2015, 20 nações eram consideradas “*democracias plenas*”, incluindo os Estados Unidos e tendo a Noruega com a melhor pontuação nos quesitos participação política, processo eleitoral e pluralismo, cultura e política, e liberdades civis (10 para todos), tendo apenas uma nota menor para funcionamento de governo (9.64).

A Espanha aparece nesta classificação como 17ª no ranking, com média geral de 8.30 e 9.58 para processo eleitoral e pluralismo, respectivamente; 7.14 (funcionamento do governo); 7.22 (participação política); 8.13 (cultura e política); e 9.41 (liberdades civis). Por estes dados é possível ter uma ideia da diferença entre Brasil e Espanha, especialmente quando se trata de participação política e cultura e política.

A “democracia imperfeita” foi observada em 58 países, estando o Brasil neste grupo com as seguintes pontuações: 6.96 (geral); 9.58 (processo eleitoral e pluralismo); 6.79 (funcionamento de governo); 5.56 (participação política); 3.75 (cultura e política); e 9.12 (liberdades civis). Outros 37 Estados foram catalogados como “*regimes híbridos*” e mais 52 como “*regimes autoritários*”, tendo a Mauritânia como o mais autoritário de todos, seguido da Argélia e do Haiti.

Esse levantamento pode ajudar a rever o que está em desacordo com a democracia, e um dos fatores mais relevantes no momento é, sem dúvida, a corrupção, desnudada justamente pela Globalização, sendo esse um dos aspectos positivos dessa nova ordem econômica: clarificar atos ilícitos praticados por quem está no poder. Ou seja, a Globalização trouxe um novo desafio para a sociedade, referente a essa relação obscura entre economia e política mundiais, como bem colocam Batista e Oliveira³⁹.

Para estes autores, o Estado de Direito tem evoluído no sentido de acompanhar as mudanças econômicas de agora, sendo que com a Globalização surgiu um tipo de sistema criminal de cunho transnacional no combate à “*internacionalização do delito*”, tendo como ponto de partida duas recomendações: “*Convenção contra o Crime Organizado Transnacional da Organização das Nações Unidas – ONU*”, de 2000, e “*Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção*” ou ‘*Convenção de Mérida*’, de 2003.

³⁸ *Economist Intelligence Unit Democracy Index*.

Cf.: http://www.eiu.com/public/topical_report.aspx?campaignid=DemocracyIndex2015

³⁹ Batista, Pedro Magalhães; Oliveira, Vitor Eduardo Tavares de. *O controle da Corrupção e a internacionalização do Direito: A experiência brasileira nos âmbitos da OEA, OCDE e ONU*. Biblioteca Digital do Senado Federal, v. 1, p. 01-36, 2010.

Percebe-se, ainda, como explicita Sonia Fleury⁴⁰, que, desde o século XX, quando foi iniciado esse processo de mudanças de ordem econômica, com reflexos para toda a sociedade, a maior capacidade do mundo tem sido a de conciliar o crescimento com elevados padrões de desigualdade e exclusão. Logo, a democracia com estes avançados patamares de exclusão tem, como se pode deduzir, sua finalidade maior corrompida, pois deixa à margem a cidadania que deveria promover com base no Princípio basilar da Igualdade.

Essa característica de conciliar desigualdades e exclusão com crescimento não é, portanto, notada apenas no Brasil, mas pode ser influenciada por outros fatores, incluindo aí a origem de formação de cada Estado, que abrange a herança cultural de cada país. O Brasil teria assim os resquícios do colonialismo a serem considerados. E, em comum com a Espanha, como esclarece Fleury, “*transições pactuadas*” para a redemocratização. Esse tipo de transição abrange, quase sempre, a passagem do autoritarismo para a democracia, permitindo que os atores do regime anterior façam pactos controlados com os que reivindicam essa transição. Isto é, se mantenham ao lado desse poder renovado.

Além disso, embora não seja possível ‘exportar’ a democracia, a Espanha, sem dúvida, serviu de estímulo à transição democrática brasileira, tendo três momentos importantes destacados em 2014 por Bruno Aylonn, estudioso das relações hispano-brasileiras, em artigo publicado no site “El País”: “*a visita de Suárez (1979), a visita dos Reis (1983) e a visita de Felipe González em pleno debate do processo constituinte brasileiro (1987)*”⁴¹.

De qualquer modo, a democracia pautada por um sistema político participativo, como ocorre no Brasil e na Espanha, se arrola pela soberania do povo (ou popular), e não a nacional. Entretanto, quando se fala deste objetivo, discorre-se, a julgar pelo quadro atual que a Globalização revela, em torno de um idealismo quase utópico.

Na opinião de Galvão de Sousa⁴², defensor de um regime democrático com sistema político imperativo, prevalece, na atual conjuntura, a incompatibilidade desse sistema com o participativo, no qual se enquadram os países aqui enfocados nos quais o mandato do político que representa o povo é livre e amplo. Porém, não estabelece a relação visceral entre povo e parlamentar, típica de um sistema político imperativo, que no entendimento do estudioso

⁴⁰ Fleury, Sonia. Democracia, descentralização e desenvolvimento. In: Fleury, Sonia (Org.). *Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil e Espanha*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.23-76.

⁴¹ Aylón, Bruno. Adolfo Suárez e sua influência na transição democrática do Brasil. [Em linha]. 24 mar 2014. [Consult. 20 dez. 2016]. In: *El País*.

⁴² Sousa, José Pedro Galvão de. *La Representacion Política*. Madrid: Ed. Marcial Pons, 2011. 168 p.

facilitaria o controle das ações do parlamentar. Isto é, tornaria viável a fiscalização desse mandato visando a legitimação da democracia, tão necessária nos dois países.

O especialista brasileiro em Direito Constitucional, Marco Aurélio Amado, em artigo de 2015⁴³, chega a mencionar a postura de Galvão de Sousa, centrando sua defesa, no entanto, na necessária regeneração dos partidos políticos para que seja privilegiada a finalidade que justifica a existência destes: dar voz e dotar de realidade os anseios do povo. Até porque, como bem explana esse autor, o poder, numa democracia, é, antes de tudo, titular do povo e não de outros poderes, formais e/ou informais – Amado cita o papel da mídia, chamada de “*O Quarto Poder*” – como se tem visto no cenário atual, minando a democracia em diferentes partes do mundo e, particularmente, no Brasil e na Espanha.

Apesar disso, a insatisfação com os rumos da economia nos dois países, fato que afeta diretamente a população, tem se refletido na formação de novos partidos políticos. No Brasil, em junho de 2016, o Tribunal Superior Eleitoral - TSE falava em 34 em formação, com propostas variadas, para se juntar aos 35 já existentes⁴⁴. O problema é que estes partidos, teriam direito a financiamento público, o que, numa crise, soa mais como oportunidade de obter vantagem, sem considerar quem vive de programas sociais inócuos, caso do Bolsa Família, criado pela lei federal 10.836, de 2004⁴⁵ para combater a fome e a miséria extrema.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que a Globalização, muito mais que um fenômeno de abertura do mercado mundial, atingiu a democracia em seu âmago, tornando fragrantemente situações de exclusão, sendo aqui destacada a realidade hispano-brasileira. Brasil e Espanha vivem atualmente crises consideradas graves, envolvendo, especialmente, escândalos de corrupção, reforçando a ideia de ter a política sido desviada de seu curso para atender a demandas econômicas, nas quais o povo, titular do poder, não se sente correspondido em suas aspirações.

Os partidos políticos, nos dois países, independente de suas propostas, não se coadunam com a soberania popular, e, a cada dia, os integrantes da classe política emergem como mais

⁴³ Amado, Marco Aurélio Nascimento. *Crise da democracia representativa: participação popular e o resgate da confiança*. [Em linha]. 30/08/2015. [Consult. 15 dez. 2016].

⁴⁴ Cf.: <http://oglobo.globo.com/brasil/brasil-tem-34-partidos-em-formacao-alem-dos-35-atuais-19871721>.

⁴⁵ Cf.: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/574778.pdf>.

preocupados em traçar “conchavos” em troca de propinas milionárias, sendo tal realidade mais evidenciada no Brasil. Não à toa, se tem o bombardeio de informações em torno dessa má conduta dos dois Estados, que vivem uma redemocratização recente, após um período de governos ditatoriais.

A Globalização pode-se afirmar, promoveu a internacionalização do Direito, empenhado no combate à corrupção, a partir de recomendações universais adotadas em muitos países, incluindo Brasil e Espanha. Essa empreitada, no entanto, parece estar longe de legitimar uma democracia com constituições recentes – a da Espanha data de 1978 e a do Brasil de 1988 – nas quais se apregoa como finalidade mor atender aos anseios do povo, governando com e para o povo.

O volume dos escândalos, com a participação de quem detém politicamente o poder nos dois países, denuncia, como se clarificou nesse estudo, a fragilidade da democracia. Talvez, em parte, como se falou, por conta das muitas “*coalizões*” e dos “*pactos de transição*” para a abertura política hispano-brasileira, que consistiram (e ainda parecem consistir) em abarcar os atores do regime passado com os proponentes desse governo democrático, no qual o povo não parece ter uma participação real. Exceto, é claro, no momento de eleger seus mandatários.

As muitas nuances dessa democracia participativa deixa transparecer, pelo visto, que os números da Economia afetam diretamente a efetivação pretendida da cidadania em muitos países, sendo esta realidade bem mais impactante no caso brasileiro. Até porque, as estruturas socioculturais ou mesmo econômicas que servem de alicerce aos dois Estados são diferentes, e guardam resquícios que não apenas os de regimes autoritários.

O Brasil República parece preservar resíduos do colonialismo, e especialmente as políticas públicas sociais não se preocupam em formar o cidadão para o exercício fundamental da Cidadania. A monarquia parlamentar espanhola, por sua vez, tem sido balanceada pelo clamor popular de fazer valer o que se tem constitucionalmente alinhavado em respeito aos direitos, em especial os Humanos. Nos dois Estados, as legislações soam assim, como meros elementos normativos (absolutamente necessários, é claro), mas ainda distantes de cumprir os objetivos a que se dispõem.

No Brasil, a crise parece estar fora de controle. Cresce o número de desempregados e, também, de medidas visando conter o déficit econômico, alicerçadas pelo aumento de impostos e até pela “vilanização” dos gastos públicos, incluindo a Previdência Social. Nos

últimos meses, o governo brasileiro tem se voltado a uma reforma neste setor que, sem dúvida, reduz apenas os direitos até então assegurados aos assalariados.

Na Espanha, a mídia fala em estagnação, deixando claro o hiato entre o que se tem feito para mudar o rumo da crise e o que deveria ser feito de fato, sem comprometer o cidadão e sua cidadania. Nos dois casos, a democracia participativa soa como uma proposta necessária, que, apesar disso, não se efetiva. O século XXI parece perdido nas demandas da Globalização, sem que haja espaço para o homem e seus direitos universalmente propagados em convenções e tratados internacionais nos quais, evidentemente, a desigualdade de um tempo globalizado, no qual economia e política se imbricam, não deveria reger a vida das pessoas, mas se mostra imperativa.

4. REFERÊNCIAS

Ayllón, Bruno. Adolfo Suárez e sua influência na transição democrática do Brasil. [Em linha]. 24 mar 2014. [Consult. 20 dez. 2016]. In: *El País*. Disponível na internet em: URL<http://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/24/opinion/1395687845_060916.html>.

Amado, Marco Aurélio Nascimento. *Crise da democracia representativa: participação popular e o resgate da confiança*. [Em linha]. 30/08/2015. [Consult. 15 dez. 2016]. Disponível na internet: URL<<http://www.gnmp.com.br/publicacao/261/crise-da-democracia-representativa-participacao-popular-e-o-resgate-da-confianca>>.

Batista, Pedro Magalhães; Oliveira, Vitor Eduardo Tavares de. *O controle da Corrupção e a internacionalização do Direito: A experiência brasileira nos âmbitos da OEA, OCDE e ONU*. Biblioteca Digital do Senado Federal, v. 1, p. 01-36, 2010.

Belén, Rodrigo. *O difícil papel de Felipe VI na crise política espanhola*. [Em linha]. 10 set. 2016. DN Mundo. [Consult: 15 dez.2016]. Disponível na Internet: URL: <http://www.dn.pt/mundo/interior/o-difícil-papel-de-felipe-vi-na-crise-politica-espanhola-5381391.html>>.

Brasil. *Constituição da República*. [Em Linha]. [Consult. 15 dez.2016]. Disponível na internet: URL<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

Benites, Afonso. Dos 513 deputados na Câmara do Brasil, só 36 foram eleitos com votos próprios. Por quê? [Em linha]. 20 abr. 2016. [Consult. 19 dez.2016]. In: *El País*. Disponível na Internet: URL <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/politica/1461023531_819960.html>.

Canotilho, J.J. Gomes. *Direito Constitucional e teoria da Constituição*. 7 ed. 17 reimp. (Manuais Universitários). Coimbra: Edições Almedina, 2003, 1.522 p.. ISBN: 9789722021065.

Espanha. *Consituição Espanhola 1978*. [Em linha]. [Consult: 20 dez. 2016]. Disponível na Internet: URL< <https://www.iberred.org/pt/legislacion-penal/constituicao-espanhola-de-27-de-dezembro-de-1978>>.

Fernandes, Ângela Viana Machado. Cidadania, democracia e cultura política: Brasil e Espanha em análise. In: Vaidergorn, José (Org.). *O direito a ter direitos*. Coleção Polêmicas dos Nossos Tempos. 1 ed. Campinas: Editora Autores Associados, 110 p., 2000..ISBN: 8585701986.

Fleury, Sonia. Democracia, descentralização e desenvolvimento. In: Fleury, Sonia (Org). *Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil e Espanha*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.23-76. 508 p. ISBN: 8522505527.

Limongi, Fernando. *Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório*. [Em linha]. CEBRAP 76, novembro 2006 pp. 17-41. [Consult. 10 dez. 2016]. Disponível na internet: URL <<http://scielo.br/pdf/nec/n76/02.pdf>>.

Moisés, José Álvaro (Org). *O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2014, 160 p. ISBN: 9788575041857.

Mota, Shirlei Castro Menezes. A importância da Soft Law e da Hard Law no combate e erradicação da corrupção internacional, p p.233-256. In: A. Maia Et al. *Novas Dimensões do Direito: uma Perspectiva Soft Law*. 1 ed. Portugal: Chiado Editora, 2016. (Coleção Compendium), 266 p. ISBN: 9789895185047.

Muñoz, Rafael Duran. A crise económica e as transições para a democracia: Espanha e Portugal em perspectiva comparada. In: *Análise social*, vol. XXXII (171), 1997 (2.º), p. 369-401.

Pisco, Paulo. Derrota do humanismo e da tolerância? [Em linha]. 20 dez de 2016. [Consult. 20 dez 2016]. In: *PUBLICICO*. Disponível na Internet: URL: <<https://www.publico.pt/2016/12/20/mundo/noticia/derrota-do-humanismo-e-da-tolerancia-1755347>>.

Prados, Luis. *O suicídio da democracia*. [Em linha]. 9 nov. 2016. [Consult. 21 dez. 2016]. Disponível na Internet: URL<http://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/09/internacional/1478660960_441071.html>.

Silveira, Marco Antônio. *A volta da democracia no Brasil* (1984-1992). São Paulo: Saraiva, 1998, 46 p. (Que História e Essa?). ISBN: 8502026046.

Sousa, José Pedro Galvão de. *La Representación Política*. Madrid: Ed. Marcial Pons, 2011. 168 p. ISBN: 9788497688772.